

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.830 - RJ (2019/0267990-0)**

RECORRENTE : ESH PARTICIPACAO E ADMINISTRACAO DE BENS  
PROPRIOS LTDA  
ADVOGADOS : ANDRÉ GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ085266  
DANIELA ALVES PORTUGAL DUQUE ESTRADA -  
RJ112454  
GABRIEL MANICA MENDES DE SENA - RJ148656  
NATASHA TEIXEIRA PINHEIRO - RJ166854  
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ESH PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PROPRIOS LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, o contribuinte apresentou embargos à execução fiscal objetivando a desconstituição das certidões de dívida ativa ns. 0.2.11.010240-20, 70.6.11.017820-71, 70.6.11.017821-52 e 70.7.11.003729-69, determinando-se a imediata extinção do feito executivo embargado, sob o argumento de que a cobrança dos alegados débitos seria manifestamente indevida, uma vez que os títulos executivos que sustentam a presente execução fiscal carecem de certeza, liquidez e exigibilidade.

Após sentença que julgou extinta a execução fiscal, foram interpostas apelações pela Fazenda Nacional e pelo contribuinte, as quais tiveram, respectivamente, seu provimento negado e parcialmente concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, ficando consignado o entendimento de que os honorários sucumbenciais deveriam ser fixados em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em consonância com o disposto no § 8º do art. 85 do CPC/2015. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

RECURSOS DE APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COMPROVAÇÃO DE ORIGEM DE RECURSOS. ART. 42 DA LEI Nº 9.430/1996. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Os embargos à execução fiscal foram direcionados à desconstituição das CDA's que consagram créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujo débito total atinge o montante de R\$ 1.353.213,56. A base fáticas desses lançamentos encontram-se, conforme apontado pela Receita Federal do Brasil, na situação de que, muito embora devidamente intimado, o sujeito passivo não comprovou, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos depósitos em suas constas em instituição financeira, que atingiram o montante de R\$ 972.831,26, o que induziu, por presunção legal (Lei nº 9.430/1996, art. 42), a identificação de omissão de receita/rendimentos,

# *Superior Tribunal de Justiça*

autorizando, dessa forma, os lançamentos fiscais contra a sociedade empresária (titular da conta bancária).

2. A Embargante, em sua defesa, aduz que, ao realizar negócio jurídico de compra de algodão com sociedade empresária argentina, tomou empréstimo dessa mesma empresa com o objetivo de financiar a compra, no preço acordado em US\$ 854.485,08, sendo que esse empréstimo foi realizado por intermédio de T-BILLS (títulos da dívida pública dos EUA), no mesmo valor de US\$ 854.485,08. Esses títulos T-BILLS foram vendidos prontamente no mercado brasileiro, pelo valor de R\$ 972.831,26. A Embargante, com efeito, alega que com o referido numerário decorrente da venda dos títulos, realizou o pagamento da obrigação referente à compra de algodão, no valor de R\$ 968.387,94, mantendo o passivo relativo ao empréstimo em sua contabilidade, estando toda operação refletida na conta contábil nº 2.1.2.01.002 - Royal Cotton S/A. Desta forma sustenta-se a existência de provas suficientes para demonstrar a origem dos recursos utilizados, qual seja, a realização de empréstimo junto à empresa vendedora, a demonstrar o equívoco da autuação realizada pelas autoridades fiscais, que considerou o montante de R\$ 972.831,26 como omissão de receita.

3. Nos termos do art. 42 da Lei nº 9.430/1996, "Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações". Esse dispositivo legal estabelece uma presunção relativa, no âmbito administrativo, de que a ausência de demonstração da origem de depósitos ou investimentos mantidos junto a instituições financeiras corresponde a receitas ou rendimentos tributáveis e omitidos das autoridades fiscais.

4. A presunção relativa prevista no art. 42 da Lei nº 9.430/1996, com efeito, refere-se notadamente à existência de situação reveladora de omissão de receitas ou de rendimentos tributáveis, transferindo-se ao sujeito passivo (titular dos créditos) o ônus de demonstrar, mediante documentos hábeis e idôneos, a origem dos recursos, com o fim de refutar a indigitada omissão imputada pelas autoridades fiscais.

5. Em perícia contábil determinada pelo juízo de origem para fins de apuração os fatos controvertidos nesta ação judicial, a Expert designada deixou claro que a origem dos rendimentos identificados na conta foram provenientes de financiamento obtido perante o próprio fornecedor (US\$ 854.485,08), por intermédio de títulos da dívida pública americana (T-BILLS), que foram prontamente vendidos no mercado interno, pelo montante de R\$ 972.831,26. Essa operação, conforme indicado pela perícia, restou configurada no passivo da empresa (planilha de f. 509). Ficou colocado no laudo pericial que toda a operação seguiu os trâmites legais de contabilidade, principalmente porque se verificou que "os lançamentos contábeis na conta de ativo nº 1.1.1.02.001 - Boa Vista/Inter Atlântico S/A retratam o extrato bancário, sendo certo que o valor de R\$ 968.387,94 se refere justamente ao pagamento da importação e a diferença encontrada refere-se à variação cambial" (f. 551).

6. Portanto, a sentença aplicou corretamente as normas de regência e, com base de análises de perito contábil, reconheceu a procedência do pedido, na medida em que restou demonstrada, mediante prova hábil e idônea, a origem dos recursos identificados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.430/1996.

7. A Embargante insurge-se contra a quantia fixada a títulos de honorários advocatícios, em R\$ 15.000,00, postulando, assim, por sua

# Superior Tribunal de Justiça

majoração, a alcançar o patamar mínimos no equivalente a 10% do valor atualizado do débito contestado, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC/15.

8. Com suporte no art. 85, §§ 2º, 3º e 8º, do CPC, a quantia fixada a títulos de honorários advocatícios deve ser majorada para R\$ 30.000,00.

9. Desprovidos a remessa necessária e o recurso de apelação interposto pela UNIÃO e provido parcialmente o recurso de apelação interposto por ESH PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, ESH PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA. interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 85 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que o Tribunal de origem, ao estipular o valor da condenação sucumbencial em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não observou os critérios legais estabelecidos pelo CPC/2015, tendo em vista que o referido *codex* prescreve que a verba honorária deve ser fixada observando os critérios contidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º do art. 85 do CPC/2015.

Por sua vez, a Fazenda Nacional apresentou contrarrazões, momento em que pugnou pelo não conhecimento do presente recurso especial em decorrência dos óbices previstos nas Súmulas ns. 7 do Superior Tribunal de Justiça e 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, cumpre destacar que, mediante a simples leitura do v. acórdão recorrido, percebe-se que o Tribunal de origem debateu expressamente sobre a matéria ora em apreço, motivo pelo qual, o presente caso não comporta a incidência das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, a matéria encimada à apreciação desta Corte Superior é eminentemente jurídica, qual seja, a aplicação do § 8º do art. 85 do CPC/2015 para fundamentar a estipulação de verba honorária de acordo com o princípio da equidade. Assim, também resta evidente a inaplicabilidade da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça ao caso concreto.

Por outro lado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido dispositivo jurídico.

De fato, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários advocatícios por apreciação equitativa, conforme o contido no § 8º do art. 85 do CPC/2015, somente tem guarida nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, não sendo essa a hipótese dos autos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido, confirmam-se:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CARÊNCIA DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. §§ 3º e 8º DO ARTIGO 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

2. In casu, depreende-se que o Tribunal de origem, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas relacionadas aos percentuais previstos no §3º do artigo 85 do CPC/2015, violou a legislação federal indicada. 3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1736151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 06/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando o restabelecimento de auxílio-doença, concessão de aposentadoria por invalidez e indenização por danos morais.

II - Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que deixa de estabelecer, com a precisão necessária, quais os dispositivos de lei federal que considera violados, para sustentar sua irresignação pela alínea a do permissivo constitucional, o que atrai a incidência do Enunciado n. 284 da Súmula STF.

III - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, caput e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo. Precedentes: AgInt no REsp n. 1.665.300/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017; REsp n. 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 31/8/2017.

IV - Recurso especial provido para determinar ao Tribunal de origem que fixe os honorários advocatícios sucumbenciais em conformidade com os percentuais estabelecidos no art. 85, § 3º, do CPC/2015.

(REsp 1750763/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 12/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência

# *Superior Tribunal de Justiça*

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais obedeça aos parâmetros previstos nos § 2º e § 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator